

## GUSTAVE LE BON E A REAÇÃO CONSERVADORA ÀS MULTIDÕES

Marcia Cristina Consolim

Doutoranda do Depto. de Sociologia - FFLCH/USP

A obra de Gustave Le Bon é bastante vasta e diversificada: o autor - que nasceu em 1841 e começou a escrever na década de 60, após um curso incompleto de medicina prática – escreveu sobre fisiologia, ótica, antropologia, adestramento de animais, civilizações orientais e, finalmente, sobre psicologia e política. Sua carreira, na contramão da tendência à especialização no mundo científico da época e nunca premiada, para seu desgosto, com o ingresso na academia, seguiu um curso peculiar: ainda que bastante próximo aos meios intelectuais, Le Bon tornou-se conhecido como um grande divulgador e vulgarizador do pensamento científico, tanto pelo conteúdo de seus escritos quanto pelo trabalho como editor à frente da Flammarion entre os anos 1902 e 1931<sup>1</sup>.

Seus trabalhos no campo da “psicologia coletiva” consagraram-no e sua obra mestra, a “Psicologia das Multidões”<sup>2</sup>, de 1895, praticamente inaugurou uma fase criativa sobre o tema da “multidão”<sup>3</sup> que só se completaria no período imediatamente anterior à Primeira Grande Guerra<sup>4</sup>. Uma nova abordagem e uma nova disciplina para um tema antigo na historiografia (e na literatura) francesa, se considerarmos que as obras que anteriormente haviam tematizado a Revolução Francesa, 1848, a Comuna e os movimentos trabalhistas contemporâneos eram também, em larga medida, histórias de multidões ou de levantes populares. Uma primeira aproximação ao significado do termo “multidão” é então possível, pois Le Bon tratou, em grande medida, de descrever o “comportamento”, a “mentalidade” e os “sentimentos” das “camadas populares” em situação de “agregação”, seja por motivação política, seja por crença

---

<sup>1</sup> Como editor da coleção “Bibliothèque de philosophie scientifique” editou mais de 200 títulos com uma tiragem de mais de dois milhões de exemplares.

<sup>2</sup> Essa obra obteve uma das maiores tiragens entre os livros de Le Bon. Em 1928 estava na 35ª edição, totalizando 39.600 exemplares. Foi traduzida para 16 línguas.

<sup>3</sup> Manteremos o termo “foule” (multidão), ao contrário de “masse” (massa), raramente usado por Le Bon, pois pretendemos nos distanciar da interpretação que considera o autor um antecipador das análises sobre a “sociedade de massa” no século XX.

<sup>4</sup> Após esse período, o autor voltou-se para a questão da guerra e das relações internacionais, bem como escreveu vários textos de conjuntura.

religiosa.<sup>5</sup> Mas o termo tem outras conotações: pode ser a expressão do “povo” em geral, ou seja, em estado de dispersão, e nesse caso é usado principalmente para designar o conjunto da nação, ou ainda um grupo qualquer (mesmo quando composto por elites políticas e intelectuais), desde que reunido fisicamente num mesmo espaço, com qualquer tipo de propósito conjunto (p. ex. uma discussão no Parlamento ou um julgamento no tribunal). O conceito de “multidão” é pois um termo genérico e carregado de imprecisões, mas que não obstante se tornou um instrumento que permitiu mobilizar um arsenal de críticas (e de grandes sínteses) contra as classes populares, as instituições da Terceira República, as elites políticas e intelectuais da época e, finalmente, o desempenho econômico e político da França no cenário internacional. Todos esses sub-temas estão presente nas obras escritas entre 1894 a 1914<sup>6</sup> e podem ser trabalhados como um conjunto relativamente autônomo - ainda que em débito com noções explicitadas em escritos dos anos 70 e 80, bem como se reproduzidos até os últimos anos de sua produção intelectual -, na medida em que exprimem as idéias políticas fundamentais de Le Bon: a crítica à democratização do Estado ou a ampliação do espaço público e à crescente participação popular na vida política.

Se o tema da multidão não era novo, a abordagem a partir da qual Le Bon pretendeu erigir uma nova disciplina também não foi propriamente criação sua: conceitos e teorias científicas foram largamente apropriados, principalmente dos discursos médico, psiquiátrico e antropológico<sup>7</sup>, com o fito de dar legitimidade científica a suas teses.<sup>8</sup> Nesse domínio, as ciências naturais exerceram um verdadeiro império nos seus esquemas explicativos - em acordo com a tendência dos trabalhos científicos da época, mesmo para a área de ciências humanas<sup>9</sup> -, o que resultou num tratamento do mundo social e político com base em leis biológicas e, no caso do mundo psíquico, nos moldes da medicina mental. O determinismo e o materialismo das análises de Le Bon visaram estabelecer um amplo combate às pretensões da tradição democrática e das esquerdas, comprometidas com idéias de mudança social e econômica,

---

<sup>5</sup> Em se tratando de “multidões”, toda motivação política para Le Bon é, no fundo, expressão de uma crença religiosa.

<sup>6</sup> Le Bon também escreveu artigos em várias revistas científicas, tais como a *Revue scientifique*, a *Revue des deux mondes* e a *Revue philosophique*.

<sup>7</sup> Algo sobre a história da psiquiatria e da antropologia

<sup>8</sup> Em 1895, data da *Psicologia das Multidões*, Gabriel Tarde e Scipio Sighele já travavam uma polêmica sobre a criminalidade das multidões e Lombroso também já publicara obras a respeito.

<sup>9</sup> Não podemos esquecer as metáforas biológicas de Durkheim e, ainda que procurando “fatos sociais” como explicação de outros “fatos sociais”, por mais de uma vez afirmou a ligação entre saúde social e saúde individual.

igualdade política, liberdade filosófica, solidariedade social e racionalidade psicológica. Nesse sentido, consideramos a obra “científica” de Le Bon como sendo inerentemente de cunho político e ideológico, além de ser a expressão de um diagnóstico datado, fruto da conjuntura e de baixo alcance teórico<sup>10</sup>.

Em razão de seu combate intenso a todas essas noções e instituições citadas acima, mas principalmente por causa da adoção de conceitos como o de “raça” (ancestral e hereditária) e de teses que sustentavam a desigualdade absoluta entre as raças (em “inferiores” e “superiores”), Le Bon ficou conhecido entre alguns intelectuais como um autor “proto-fascista”. Zeev Sternhell, ao estudar o nascimento da “direita radical” na França entre os anos 80 e 90, se refere a alguns aspectos da obra de Le Bon como exemplos de uma ideologia que futuramente, afirma, seria reproduzida no período entre guerras pela direita européia. Os pontos que ele destaca, além das teses raciais, são as teorias do progresso baseadas na “luta pela vida” e na “sobrevivência dos mais capazes”; a concepção da política como arte de manipulação de massas; a valorização do “instintivo”, do “sentimento”, do “emocional” e do “inconsciente” como motor da ação das massas; o determinismo cientificista na origem da formulação do novo nacionalismo.<sup>11</sup>

Tomando distância dessa linha interpretativa, pretendemos argumentar que o pensamento de Le Bon está fincado no solo do século XIX e é tributário de uma visão *conservadora* do mundo social; mas um conservadorismo, comum à tradição francesa do século XIX, permeado de inegáveis valores liberais, ainda que isso pareça contraditório tendo em vista as críticas de Le Bon à Terceira República, inspirada pelos mesmos valores liberais. Nesse sentido, pensamos que a interpretação de Benoît Marpeau se mostra mais adequada quando afirma que Sternhell comete um equívoco ao “negar a força da herança liberal, transmitida entre outras coisas pela aprendizagem científica [de Le Bon] nos anos 1860-1870”<sup>12</sup>. Seu pensamento seria elitista e vinculado a uma visão pessimista da natureza humana, admite Marpeau, mas ainda assim liberal. Além disso, argumenta, não obstante a tendência de Le Bon a

<sup>10</sup> Nesse sentido, mantemos distância das análises de Serge Moscovici e de Catherine Rouvier sobre a obra de Le Bon - que eles pretendem revalorizar considerando-a referência para os estudos sobre a “sociedade de massas” e a “política como representação”.

<sup>11</sup> Sternhell, Zeev, *La Droite révolutionnaire*, Paris, Seuil, 1978. Cf. pp. 17, 147-152, 175 e 410. Adorno, nos anos 50, já havia caracterizado o pensamento de Le Bon como “partidário da manipulação autoritária”. Cf. Adorno, T., *Temas Básicos da Sociologia*, SP, Cultrix, s/d. Nos anos 70, Roger Geiger também se referiu a Le Bon como um autor proto-fascista. Cf. Geiger, R., “Democracy and The Crowd...” in *Societas* 7, 1977 Finalmente, Robert Nye considerou possível aproximar o pensamento de Le Bon e o de Drummond e ambos ao do fascismo. Cf. Nye, R., *The Origins of Crowd Psychology*, Sage 1975

<sup>12</sup> Marpeau, Benoît, *Gustave Le Bon – Parcours d’un intellectuel*, Paris, CNRS, 2000, pp. 128-9

identificar as fragilidades da democracia liberal na França, ele admirava a República americana e não se filiou ao menos explicitamente ao anti-republicanismo. Finalmente, a partir de uma sólida pesquisa sobre as relações entre Le Bon e os meios militares, intelectuais e industriais, conclui que o autor estaria longe de elaborar qualquer “projeto de remodelagem social e política, ainda menos um projeto de dominação”, o domínio da educação sendo aquele que melhor permitiria “conciliar o desejo de intervenção social e a preocupação permanente de construção da individualidade”.<sup>13</sup>

Para avaliar o espaço ocupado por Le Bon no espectro ideológico de fins do século XIX, é necessário não apenas fazer um balanço interno de suas idéias, mas também inserir seu pensamento no contexto intelectual da época, de modo a observar como ele era lido por outros grupos, acadêmicos e não acadêmicos e, ao mesmo tempo, como seu discurso “atuava” nas dinâmicas próprias ao mundo intelectual e político, o que compreende as intenções próprias do autor ao escrever um texto.<sup>14</sup>

Várias são as indicações, na obra de Le Bon, que sugerem inspiração em valores advindos da tradição liberal, ainda que os elementos que cimentam sua concepção de “coesão social” excluam em larga medida a consideração da individualidade e da racionalidade.<sup>15</sup> Não obstante, no núcleo de suas teses, funcionando como uma espécie de “ponto príncipe”, o ponto mais valorizado no desenvolvimento de uma humanidade perfectível, está presente a racionalidade individual. Se a Terceira República, ao que parece, teria sido estabilizada por uma grande coalizão do centro com setores da direita e da esquerda, seguindo a análise de Sternhell, podemos denominar Le Bon um republicano de direita que teria recusado esta aliança, sem no entanto radicalizar para uma visão francamente anti-liberal e anti-racional.

A obra *Psicologia das multidões* contribuiu muito para as ambigüidades no pensamento de Le Bon. Começamos pelo segundo desses termos, a “multidão”, que é um agregado mais ou menos heterogêneo e que pode ser um grupo de pessoas na rua com um propósito político ou religioso qualquer, uma reunião no Parlamento, no Tribunal ou na Academia, encontros em espaços públicos (cafés, salões) para discussão de quaisquer assuntos, mas principalmente, por trás de todos esses exemplos “empíricos”, a multidão é o nome dado por Le Bon ao poder popular em matéria política. Um poder que, nos tempos modernos, ele acredita estar crescendo e

---

<sup>13</sup> Idem, p. 336. Marpeau está rebatendo a interpretação de Robert Nye, para quem Le Bon teria sido um conservador e também um antecipador da moderna teoria totalitária.

<sup>14</sup> Cf. Skinner, Q., “Meaning and understanding in the history of ideas”, *History and Theory*, 8, 1969

<sup>15</sup> Como para muitos autores desse período. Cf., por exemplo, a importância da afetividade para Durkheim.

prejudicando enormemente as instituições da República. “Multidões políticas” que o autor trata como movimentos religiosos para desqualificar suas idéias e sua ação política, mas que ao mesmo tempo lamenta por terem perdido aquilo que as verdadeiras “multidões religiosas” exprimiam: o vínculo com a tradição; a adesão passiva a um valor maior; a submissão do interesse pessoal a um sentimento coletivo. Daí o fato de algumas multidões poderem ser “altruístas” para Le Bon - seus membros movidos pelo sentimento da “fé”, mas também da “honra”, da “glória”, da “pátria” –, na medida em que exercem função moderadora sobre os instintos, algo considerado pelo autor tão essencial para o equilíbrio social que lhe atribui o papel de sustentação inerente a qualquer processo civilizatório.

Não obstante as multidões poderem ter um papel positivo na história, por trás da eficácia social ou da ação pedagógica das grandes crenças existe um determinante mais profundo que é a “alma da raça”, formada por traços instintivos hereditários (sentimentos, crenças, idéias), biologicamente determinados, cuja permanência garante a estabilidade da civilização. As conseqüências políticas dessa argumentação são claras: os povos e os homens são de tal forma determinados por seus ancestrais e por seu passado que se poderia perguntar qual o sentido da idéia de “progresso” e de “evolução” no pensamento de Le Bon<sup>16</sup> e, ao mesmo tempo, se há algum papel ativo das “multidões” nesse processo. Uma pista pode ser obtida a partir da interpretação de Le Bon da Revolução Francesa: as “revoluções” são eventos superficiais e cujo fim permite retornar ao rumo original inscrito desde sempre na raça de um povo, o que no caso da França teria significado a retomada do processo de “centralização do Estado” e a exigência de um novo “déspota”.<sup>17</sup> Outra aplicação dessa tese é a que se refere ao entendimento da criminalidade e da motivação para o crime (individual e coletivo), questão social largamente debatida entre antropólogos, médicos e criminalistas da época, problema que por vezes Le Bon diagnostica a partir dos antecedentes familiares dos “criminosos” (bêbados, vagabundos, homicidas) ou de suas fragilidades fisiológicas (mulheres, crianças). Esses dois exemplos permitem afirmar que os “traços hereditários” atuam em dois níveis e com conotações distintas, se não opostas, no pensamento de Le Bon: uma dimensão responsável pela

---

<sup>16</sup> O tema dos determinantes biológicos no comportamento individual – ou seja, do criminoso nato - havia sido largamente explorado por Lombroso e aceito por setores de intelectuais franceses, ainda que, em 1895, algumas de suas teses já haviam caído em descrédito na França.

<sup>17</sup> Le Bon, G., *La Révolution française et la psychologie des révolutions*, Paris, Flammarion, 1920. As semelhanças com o pensamento de Tocqueville não são mera coincidência; Le Bon o cita largamente. As multidões, para Le Bon, são sempre conservadoras, mas as multidões francesas são ainda mais do que as outras.

civilização, positiva pois responsável pela perpetuação da tradição, e uma dimensão absolutamente negativa, patológica, pois expressão ou sobrevivência, sob certas condições, de instintos atávicos. O importante, nesse caso, é observar que a “razão” ou a “opinião” não tem nesses processos aparentemente nenhum papel, seja o de alavancar a civilização, seja o de impedir que ela degenera, sendo muitas vezes acusada de provocar esse próprio processo: quando as “crenças gerais” (sempre ilusórias) de um povo começam a ser discutidas ou questionadas pela multidão, afirma Le Bon, a decadência da civilização tem início e aqueles degenerados que, em tempos normais, viviam escondidos, saem das tocas e dão livre curso aos seus instintos selvagens.

Outro aspecto a reforçar a imagem negativa dos movimentos populares e, particularmente, desqualificar as classes populares para a vida política, é a dimensão “psicológica” das multidões. Pois o comportamento e as idéias da multidão não são determinados exclusivamente pela “alma da raça”, mas também pela “alma da multidão”, distinta daquela por ser mais superficial, instável, exagerada e efêmera. Em grupo, afirma Le Bon, cada indivíduo pode se tornar melhor ou pior moralmente, mas jamais mais inteligente do que é, pois pertencer a uma multidão é perder a consciência individual e, portanto, as capacidades do raciocínio e da crítica. Nesse sentido, toda multidão é um agrupamento de pessoas com características psicológicas negativas e já definidas de antemão, seja qual for o conteúdo de suas idéias ou seu movimento particular: são impulsivas, instintivas, impressionistas, facilmente irritáveis e sugestionáveis, crédulas, fazem associações sem nenhuma lógica, pensam por imagens, não têm idéias próprias, têm freqüentemente alucinações coletivas, confundem a realidade com sua imaginação, são incapazes de raciocinar e de julgar e não têm bom senso.<sup>18</sup> A partir de conceitos tirados principalmente da psicologia experimental de T. Ribot e da psiquiatria da Escola da Nancy - mas extrapolando para o grupo conclusões de experimentos sobre patologias individuais -, Le Bon afirma que a multidão é um juguete de estímulos externos porque, como nela não age a “razão individual”, não tem como controlar os impulsos gerados por excitações exteriores. Além disso, o poder do número lhe dá a sensação de que nada é impossível, podendo ser generosa ou cruel, em todo caso, descontrolada e incapaz de auto-governo. O que garantiria o caráter *uniforme* da ilusão coletiva seria um processo denominado por Le Bon “sugestão contagiosa” e que se refere à mútua imitação entre os membros de uma multidão a partir de uma primeira sugestão de um de seus membros e que, posteriormente, se reproduziria por “afirmação”, “repetição” e “contágio” para todos os

---

<sup>18</sup> Le Bon, G. *Psychologie des foules*, Paris, PUF/Quadrige, 1995

outros. Esse processo adquire um interesse fundamental nos casos em que a fonte da sugestão é um “líder” (meneur), freqüentemente alguém que tem “prestígio” (fascínio pessoal) e que exerce, consciente ou inconscientemente, um controle total sobre a multidão, assim como um hipnotizador em relação a um hipnotizado. Sua nomeação é praticamente “instintiva” (inconsciente) e costumam ser “neuróticos”, “exaltados” e “meio-loucos” pois, mais do que todos os outros, são convictos. O exemplo preferido por Le Bon é a relação entre os líderes e os movimentos sindicais, pois permite desqualificar os primeiros como déspotas e loucos e os segundos como um bando de irresponsáveis absolutamente inconscientes de seus atos e idéias. Grandes líderes políticos (Le Bon cita Jesus e Napoleão entre outros) são homens que conhecem profundamente a alma da multidão e sabem governá-la porque não têm ilusões quanto à forma discursiva que devem utilizar: muitas imagens, expressões exageradas, nenhuma argumentação, nenhum raciocínio complexo, palavras sonoras e de fácil compreensão e que mexam com a imaginação popular. O bom líder político é alguém que sabe representar e, se preciso, mentir. Finalmente, essa caracterização da vida política e social permite uma descrição bastante negativa de três instituições fundamentais numa República: o Parlamento, o Tribunal e a Imprensa. Pelas razões que vimos anteriormente, Le Bon afirma que toda decisão parlamentar tende a ser pior do que se fosse tomada por um indivíduo isolado e porque, freqüentemente, ela é induzida por lideranças políticas de prestígio ao invés de comprovada por técnicos; em segundo lugar, os tribunais com júri popular não têm capacidade de julgar quaisquer tipos de crimes ou processos, pois o júri é freqüentemente induzido por advogados hábeis e, finalmente, a imprensa, ou melhor, os jornalistas, conseguem mobilizar a sensibilidade popular quando apresentam fatos miraculosos.

As críticas de Le Bon às instituições da República dão argumentos fortes a leituras como a de Sternhell. De fato, o autor não pretende apenas criticar as esquerdas, mas também a própria democracia liberal burguesa. Além do mais, o apelo à noção de “raça” e de “tradição”, bem como a importância dada às crenças religiosas como forma de coesão social sugerem uma vocação conservadora no contexto intelectual do período. No entanto, podemos considerar outros aspectos de seu pensamento que exprimem um compromisso com alguns valores liberais fundamentais – o “individualismo” e o “racionalismo” – e que estão presentes na abordagem que faz o autor do papel do *indivíduo* na história, em contraposição à sua dimensão *coletiva* (as multidões ou a nação). É certo que, para Le Bon, *poucos* conseguem se individualizar, ou seja, estar acima do homem médio (circunscrito à sua circunstância social, histórica, psicológica e racial) e mesmo aqueles indivíduos superiores - os *homens de ciência, os sábios, os literatos* - estão, até certo ponto, submetidos às

“grandes crenças” de sua época. Le Bon procura adequar sua concepção *elitista* da vida social e política às determinações da raça e da nação, às imposições do gosto ou do estilo de época, mas não raro ele se contradiz e revela uma verdadeira fissura entre o mundo intelectual e o mundo social: os homens superiores, diz, não têm nenhuma influência sobre a massa.<sup>19</sup> Em sua teoria sobre a “circulação social das idéias”, a descoberta ou a invenção tem origem no uso da inteligência por um indivíduo *isolado*, uma tese idealista e racionalista, cara à tradição francesa liberal e ao iluminismo. A evolução e o progresso são possíveis, portanto, pela presença de uma elite intelectual: “é a inteligência que guia o mundo”, afirma, ao se referir às causas da “marcha da civilização”. Como podemos coadunar essa idéia com a tese, explicitada acima, de que a civilização é sustentada pelas “grandes crenças” presentes na “alma da raça”? Difícil responder. O que é possível dizer é que quando o processo de vulgarização dessas idéias tem início, primeiramente pelos “líderes” e, em segundo lugar, pelas “multidões” que as desfiguram uma segunda vez, prepara-se a decadência da civilização, pois as elites começam a defendê-las contra seus próprios interesses. Essa questão nos coloca um problema adicional porque a obra de Le Bon foi reconhecida, em sua própria época, como sendo de vulgarização e ele mesmo assumiu tal propósito em seu trabalho de escritor e de editor, ainda que se diferenciasse dos “maus” vulgarizadores. Algumas hipóteses de resolução dessa questão podem ser sugeridas, se consideramos que o pensamento de Le Bon está acima de tudo preocupado com o embate ideológico, muito mais do que com a coerência teórica. Nesse caso, podemos sugerir que a vulgarização de idéias, ou seja, o contato entre os mundos “superior” (as minorias) e “inferior” (as maiorias) é positivo apenas e tão somente na medida em que seu conteúdo esteja conforme à harmonia social e não ao conflito social. Em segundo lugar, aproveitando uma sugestão de Sighele - um autor bastante lido por Le Bon e que tem várias obras sobre psicologia das multidões - é possível sugerir que Le Bon avalia a relação entre a elite e a massa em duas dimensões distintas: na dinâmica social (longos processos evolutivos), essa relação é benéfica e propicia a elevação de toda a nação; na estática social (processos de conjuntura), ela é perigosa porque pode romper o curso normal do progresso lento através de uma revolução. Nesse caso, os valores liberais - a racionalidade e a individualidade - de Le Bon ficam preservados, ainda que se trate de um liberalismo, como afirma Marpeau, absolutamente elitista e pessimista.

O último tópico que nos parece fundamental no sentido de favorecer a interpretação de Marpeau se refere às críticas de Le Bon à presença do Estado nas

---

<sup>19</sup> *Idem*, p. 75



relações de mercado e nas relações sociais. O autor é absolutamente crítico do processo que identifica como o crescimento ininterrupto da centralização e do poder estatal na França, diante de uma sociedade cada vez mais dependente e acomodada. Um processo que ele denomina “socialismo de Estado” e que tende, segundo afirma, à socialização e ao atraso da França na medida em que as próprias elites políticas, ao invés de combaterem esse tipo de opinião (ou crença), procurarem acolher as demandas sociais (legislação trabalhista), abrir as portas do Parlamento e da universidade aos socialistas e aumentar a burocracia estatal com homens educados para a revolta. Le Bon teme o aumento do poder da burocracia (o pequeno despotismo), assim como está convencido de que tal processo, nos tempos modernos, é correlato a uma anarquia crescente em que uma das conseqüências seria o despotismo. A ligação entre democracia e despotismo é, como afirma H. Arendt, uma tese antiga, assim como a ligação entre liberalismo econômico e conservadorismo político. Não obstante, se Le Bon espera do Estado uma maior repressão contra a multidão de “incapazes”, de “preguiçosos” e de “baderneiros”, ao mesmo tempo exige maior “liberdade individual” para o cidadão ativo, o livre pensador, o empreendedor. O autor admite, inclusive, que as Assembléias Parlamentares são o melhor “método de governo” para os “filósofos, pensadores, escritores, artistas e sábios”, na medida em que evitam a ascensão de “tirantias personalistas”<sup>20</sup>. Nesse sentido, podemos considerar que a interpretação da Marpeau, ainda que equivocada ao suavizar o conservadorismo de Le Bon, está correta quando questiona a ligação que faz Sternhell entre suas idéias e o movimento “proto-fascista”.

Concluindo, podemos afirmar com alguma segurança que, ao menos para os anos em questão (1895-1914), as idéias de Le Bon são elaboradas em absoluto acordo com o mundo político e social do século XIX e não têm nem a pretensão nem a vocação para servir de fundamento ou antecipar qualquer teoria totalitária ou autoritária no século XX. Um conservador, republicano, anti-democrata e elitista, mas que preserva algo dos valores liberais, ainda que na forma mitigada do combate ao despotismo.

---

<sup>20</sup> *Idem*, 120